LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2005

"Institui o Código Tributário de Município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Vereadores em nome do povo do Município de São João do Paraíso decretou, e eu, José de Sousa Nelci, Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I – DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Capítulo Único – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º - Esta Lei institui o Código Tributário do Município, disposto sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamentos e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenções, as reclamações, os recursos e definindo os deveres dos contribuintes.

Art.2º – Aplicam-se, nas relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais de Direito Tributário constantes do Código Tributário Nacional e de legislação posterior que o modifique.

Art.3º - Compõem o Sistema Tributário do Município:

I – Impostos:

- a) Sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) Sobre serviços de qualquer natureza;
- c) Sobre a transmissão de bens imóveis por ato oneroso "INTER VIVOS".

~~II – Taxas decorrentes de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição:~~

- a) Taxa de expediente: recebimento de requerimento, petições e/ou emissão de certidões, atestados e outros papéis;
- b) Taxa de serviços diversos (cemitérios; apreensão e depósito de animais abandonados; abate de animais e utilização do matadouro municipal; alinhamento, nivelamento e numeração de prédios): a prestação ou disponibilidade do serviço;
- c) Taxa de serviços urbanos (de coleta de lixo, de limpeza pública, de conservação de calçamento, de iluminação pública e de serviços de pavimentação): a prestação ou a disponibilidade de serviço;
- d) Taxa de conservação de estradas municipais.

III – Taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia administrativa:

- a) De licença para localização e funcionamento de qualquer atividade comercial, industrial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuária, de prestação de serviço ou atividade decorrentes de profissão, arte, ofício ou função;
- b) De licença para funcionamento em horário especial;

- c) De licença para publicidade;
- d) De licença para a execução de obras e da concessão do "habite-se";
- e) De fiscalização de abate de animais fora do matadouro público;
- f) De licença para ocupação de áreas, vias e logradouros públicos;
- g) De licença para comércio eventual ou ambulante.

IV – Contribuição de melhoria:

Parágrafo Primeiro – Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, o Executivo estabelecerá preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

Art.4º - A compensação financeira devida pelos detentores de direitos minerários a qualquer título, em decorrência da exploração de calcário, brita, argila, pedra e quaisquer outros, produtos minerais para fins de aproveitamento econômico, será de 2% (dois por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cabe ao Município o poder de fiscalização e recolhimento da Compensação Financeira por Extração Mineral – CFEM de que trata este artigo.

TÍTULO II – DOS IMPOSTOS E TAXAS

Capítulo I IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

SEÇÃO I – Da Incidência

Art. 5º - O Imposto Predial e Territorial Urbano tem com Fato Gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, situado na zona urbana do Município.

§ 1º – Considera-se terreno o bem imóvel:

- a) Sem benfeitoria ou edificação;
- b) Em que houver construção paralisada ou em andamento;
- c) Em qualquer edificação interdita, condenada, em ruínas ou em demolição;
- d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

Art.6º – Considera-se o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art.7º - Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana:

I – A área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos construídos ou mantidos pelo poder público.

- a) Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) Abastecimento de água;
- c) Sistema de esgoto sanitário;
- d) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
- e) Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

II – Áreas que estejam fora do perímetro urbano, mas que são urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinadas à habitação, à indústria ou ao comércio.

Parágrafo Único – O imposto Predial e Territorial Urbano a que se refere a presente Lei, incide também sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destina ao comércio.

Art. 8º - A incidência do imposto independe:

- I – Da legitimidade do título de aquisição, domicílio útil ou posse do bem imóvel,
- II – Do resultado econômico da exploração do bem imóvel,
- III – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel

Art. 9º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no primeiro dia de janeiro de cada exercício financeiro.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art. 10 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel

PARÁGRAFO ÚNICO – Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores emitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

Art. 11 - O imposto, que constitui ônus real, é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constar do título respectivo, certidão negativa de débitos relativos ao imóvel.

SEÇÃO III – Cálculo do Imposto

Art. 12 – O imposto devido anualmente será calculado sobre o valor venal do imóvel.

Art. 13 – A apuração do valor dos imóveis urbanos será procedida com base nos valores unitários com padrões estabelecidos para edificações e terrenos:

§ 1º – O valor venal da edificação é obtido multiplicando-se a sua área pelo valor do metro quadrado da construção e, o produto resultante, pelos coeficientes de correção para edificações, encontrados em publicações especializadas e definidas por ato do Poder Executivo.

§ 2º – O valor venal do terreno será obtido

I – No caso de lote, multiplica-se a sua testada fictícia pela profundidade padrão e, o produto resultante, pelo valor do metro quadrado do terreno e pelo coeficiente de correção para terreno, encontrado na forma do **Parágrafo Primeiro** deste artigo.

II – No caso de sublote, multiplicando-se o valor do metro quadrado do terreno pela fração ideal e área edificada e, o produto resultante, pela profundidade padrão e pelo coeficiente de correção para o terreno, encontrados na forma do **Parágrafo Primeiro**.

§ 3º – O valor venal dos imóveis urbanos será calculado:

I – Tratando-se de edificação, aplica-se a fórmula
 $VVE = Aed \times Aedm^2 \times total\ 2 \times total\ 3 / 100$

Onde:

VVE = Valor Venal Edificação

Aed = Área Edificada

Aedm² = Valor metro quadrado de edificação

Total 2 = Coeficiente de correção para edificação encontrado na forma do **Parágrafo Primeiro** do artigo.

Total 3/100 = Coeficiente de correção para edificação encontrado no boletim de Informações Cadastrais (BIC).

II – Tratando-se de lote de terreno, aplica-se a fórmula:

VVT = TF X 30 X VTM² X Total 1, onde:

VVT = Valor Venal do Lote de Terreno;

TF = Testada Fictícia, que é encontrada pela fórmula = $2 \times P \times T/30 + P$,

Onde:

2 = Número fixo da fórmula;

P = Profundidade padrão, valor fixo na fórmula

VTM² = Valor do metro quadrado do terreno;

Total 1 = Coeficiente de correção para terreno encontrado na forma de **Parágrafo Primeiro** deste artigo.

III – Tratando-se de sublote de terreno, aplica-se a fórmula:

VVT (sublote) = Aed X Fi X VTM² X 30 X Total 1, onde:

AED = área edificada no sublote;

VTM² = Valor do metro quadrado de terreno,

30 = Profundidade padrão, valor fixo na fórmula;

Total 1 = Coeficiente de correção para terreno encontrado na forma deste artigo.

Fi = fração ideal = acha-se fração ideal pela fórmula:

Fi = TF/áreas construídas

Sendo que, para se achar a TF (testada fictícia), usa-se a fórmula:

TF = $2 \times P \times T/30 + P$, sendo:

2 = número fixo da fórmula

P = profundidade média, que é achada pela fórmula: $P=AT/T$, sendo:

AT = área do terreno e T = testada real do tempo

M = Somatória de todas as áreas construídas dentro do lote.

Art 14 – Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculo do imposto:

- a) A planta de valores de terrenos, que determinará o preço por metro quadrado, levando-se em consideração a localização e a topografia dos terrenos;
- b) O valor do metro quadrado de construções.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para estabelecer a planta de valores de terrenos e o preço de metro quadrado de construção, para efeito de atualização dos valores venais dos imóveis urbanos do Município, o Executivo Municipal criará uma comissão municipal de valores, que será assim constituída:

- 1) Por 01 (um) advogado do Município;
- 2) Por 01 (um) Secretário de Finanças Municipal ou Tesoureiro;
- 3) Por 01 (um) Engenheiro Civil, Técnico Agrimensor ou Projetista Urbano

Art.15 – Sem prejuízo da edição da planta de valores, o Poder Executivo municipal poderá atualizar os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção:

- a) mediante adoção de índices oficiais de correção monetária;
- b) levando em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidas pela área onde se localiza o bem imóvel, ou os preços correntes do mercado.

Art.16 – No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será:

I – Tratando-se de terreno vago:

- a) sem muros em alvenaria ou similar, com área de 360 m² 1,5%
- b) sem muros em alvenaria ou similar, com área acima de 360 m² 2,5 %
- c) com muros em alvenaria ou similar, com área de até 360 m² 1,0%

d) com muros de alvenaria ou similar, com área acima de 360 m².....2,0%

II – Tratando-se de edificação

a) em terreno com área de até 360 m²0,6%

b) em terreno com área acima de 360 m².....1,0%

Art.17 – Será concedida, após a devida comprovação pelo interessado, redução no pagamento dos impostos imobiliários:

I – de 50% (cinquenta por cento)

- a) à viúva de funcionário público, enquanto estiver neste estado, e ainda ao filho menor ou maior inválido, relativamente ao único imóvel que possua no Município;
- b) ao proprietário relativamente ao imóvel que esteja cedido, total e gratuitamente, para o funcionamento de estabelecimento legalizado que ministre o ensino gratuito.

II – Pela antecipação do pagamento:

- a) 40% (quarenta por cento), se efetuado 60 (sessenta) dias antes do seu vencimento,
- b) 20% (vinte por cento) se efetuado 30 (trinta) dias antes do seu vencimento.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.18 – Os imóveis na zona urbana do Município serão cadastrados pela repartição municipal competente.

Art.19 – A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 20 – Para efeito de caracterização de unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel, abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 21 – O cadastro Imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações:

§ 1º – O Contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do art.18, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

§ 2º – A inscrição será efetuada mediante o preenchimento e entrega de formulário próprio, fornecido gratuitamente pela Prefeitura Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão Oficial do Município, ou, quando for o caso, da expedição dos documentos abaixo, independente do seu registro:

- I – escritura pública;
- II – contrato de compra e venda;
- III – formal de partilha;
- IV – certidão de decisão judicial transmissora de posse ou do domínio.

Art.22 – A alteração será efetuada em formulário próprio, fornecido gratuitamente pela Prefeitura Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da ocorrência da modificação inclusive nos casos de:

- I – Conclusão da construção, no todo ou em parte em condições de uso ou habitação,

II – Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

Art.23 – A administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro intencional, omissão proposital ou falsidade.

Parágrafo Único – Tomadas as providências previstas no caput deste artigo, o responsável pela inscrição, se conhecido, será intimado por escrito para ratificá-la no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.24 – Serão objetos de uma única inscrição:

I – A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos cujo aproveitamento dependa de efetivo loteamento ou arrouamento.

§ 1º – Entende-se como unidade autônoma aquela que permite uma ocupação e utilização privativa e em que seu acesso se faça independentemente das demais ou igualmente com as demais, por meio de áreas ou circulação, comum a todas, mas nunca através ou por dentro de outra.

§ 2º – Consideram-se também unidades autônomas os diversos pavimentos de uma edificação.

Art.25 – O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando-se em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º – Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do imposto poderá ser feito, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador;

§ 2º – O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 3º – Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

- a) quando "pró indiviso", em nome de um ou de qualquer dos co-proprietários;
- b) quando "pró-diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art.26 – Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

Art.27 – O débito decorrente dos impostos territorial e predial urbano é garantido, em último caso, pelo próprio imóvel tributado.

Art.28 – Responderá pelos impostos imobiliários o oficial do registro público que registre transmissão imobiliária, sem ajuntada de certidão negativa.

Art. 29 Compete ao loteador:

- I - fazer a inscrição individual de cada lote;
- II - fornecer, até o último dia de cada mês, a relação dos lotes alienados, seus números, quadras, dimensões, os nomes e endereços dos adquirentes, a forma, preços e condições de venda;
- III - fornecer a planta completa do loteamento na escala determinada pela Prefeitura;
- IV - informar, periodicamente, até trinta (30) dias após o seu término, sobre obras e equipamentos construídos no loteamento, bem como sobre transferências havidas no período.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.30 – O imposto será lançado até o dia 30 de março de cada exercício, podendo, a critério do Poder Executivo ser adiado por Decreto, seu lançamento por até 120 (cento e vinte) dias.

§1º - Qualquer adiamento de lançamento acima do prazo previsto no caput deste artigo, dependerá de aprovação pela Câmara Municipal.

§ 2º – O imposto a que se refere este artigo, poderá ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o lançamento, podendo incidir sobre a última, correção calculada da data de vencimento da primeira parcela até a data do efetivo pagamento da última parcela pelo índice divulgado pela União.

§ 3º – O pagamento das parcelas, após o vencimento, implica incidência, além da correção monetária, da multa e juros de mora previstos na legislação municipal.

SEÇÃO VI – Infrações e Penalidades

Art.31 – As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – Multas de 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto, nas hipóteses de:

- a) falta de inscrição do imóvel ou de alteração de seus dados,
- b) erro ou omissão proposital, e ou falsidade nos dados de inscrição do imóvel ou nos dados da alteração.

SEÇÃO VII – Isenções

Art.32 – Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do imposto o bem imóvel:

- a) pertencente a ex-combatente brasileiro da 2ª Guerra Mundial, relativamente ao único imóvel predial que possua no município;
- b) pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou do Município, ou de suas autarquias;
- c) Pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à federação esportiva estadual, quando utilizada efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;
- d) pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destinem a congregar classes patronais ou trabalhadoras com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação do seu nível cultural, físico ou recreativo;
- e) pertencente a clubes de serviço, às sociedades civis sem fins lucrativos ou esportivas, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas, excluem-se da presente isenção clubes recreativos e esportivos particulares ou pertencentes a entidades de classe;
- f) declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
- g) pertencente a cidadão com renda familiar que não ultrapasse a 02(dois) salários mínimos mensais, cujo imóvel seja utilizado para residência da família com área construída até 70 m² e terreno até 300 m², localizado nos bairros periféricos da cidade;
- h) h) pertencente e utilizado para uso próprio, de cegos(as), inválidos(as), idosos(as), viúvos(as) e aposentados(as) possuidores ou proprietários de um único imóvel, com rendimento de até 01(um) salário mínimo vigente na data de lançamento do IPTU, sujeito entretanto, à análise e concessão pela Secretaria Municipal de Planejamento Fazenda e Controle Interno;
- i) pertencentes às associações de moradores de bairro, de idosos, de deficientes, clubes de mães e centros comunitários;

Capítulo II

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.33 – O Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Tabela do Anexo I deste código e que faz parte integrante desta Lei, ainda que estes não constituam como atividade preponderante do prestador, independente:

- I – Da existência de estabelecimento fixo;
- II – Do resultado financeiro obtido no exercício da atividade;
- III – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares, relativas ao exercício da atividade, sem prejuízo das comunicações cabíveis;
- IV – Do pagamento ou não do preço no mesmo mês ou exercício;
- V – Da habitualidade na prestação do serviço;
- VI – De ser a prestadora de serviço legalmente constituída.

Parágrafo Único – O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art.34– O imposto é devido ao Município:

- I – Quando o serviço for prestado através de estabelecimento situado no seu território, seja sede, filial, agência, sucursal ou escritório;
- II – Quando, na falta de estabelecimento, houver domicílio do seu prestador no seu território;
- III – Quando a execução de obras de construção civil localizar-se no seu território;
- IV – Quando o prestador do serviço, ainda que autônomo, mesmo nele não domiciliado, venha a exercer atividade no seu território em caráter eventual ou permanente.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.35 – Contribuinte do imposto é a empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, que exerça, em caráter permanente ou eventual, a prestação de serviços de que trata a tabela do anexo I desta Lei.

§1º - Para os efeitos deste artigo, entende-se:

- I – Por profissional autônomo, todo aquele que fornecer trabalho, sem vínculo empregatício;
- II – Por empresa, toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive sociedade civil ou de fato, que exercer atividade de prestação de serviços.

§ 2º - Não são contribuintes os que prestam serviços em relação ao emprego, os trabalhadores avulsos e os diretores e membros de conselhos consultivos e fiscais de sociedades.

SEÇÃO III – Retenção na Fonte

Art.36 – Fica atribuída às empresas tomadoras de serviços a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ISSQN, na forma e condições do regulamento, quando:

- I – O prestador do serviço não comprovar sua inscrição no cadastro dos contribuintes do ISSQN;
- II – O prestador de serviço não emitir fatura, nota fiscal ou outro documento admitido pela administração;
- III – A execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador não estabelecido no Município.

IV- O proprietário de bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, quanto aos serviços previstos nos item 07 e seus subitens da lista de serviços, prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova de pagamento do imposto;

Art.37- A fonte pagadora deverá dar ao contribuinte o comprovante de retenção a que se refere o artigo anterior.

Art.38- A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO IV – Cálculo do Imposto

Art.39- O imposto será calculado, segundo o tipo de serviço prestado, mediante a aplicação de alíquota sobre o preço do serviço, quando o prestador do serviço for profissional autônomo, de acordo com a tabela do anexo I.

Art.40 – Profissional autônomo à sua categoria profissional fica enquadrado como pessoa jurídica para efeito do cálculo do imposto.

Art.41 – Quando os serviços a que se referem os itens 4, 5, 7 e 20 e subitens 4.12, 10.08, 17.14 e 17.19 da lista de serviços forem prestados por sociedades, estas ficam sujeitas ao imposto, mediante a aplicação de alíquota, em relação a cada profissional, seja sócio, empregado ou terceiro que preste serviço em nome da sociedade.

Art.42 – O imposto retido na fonte será calculado aplicando-se a alíquota fixada na tabela do anexo I, sobre o preço do serviço para autônomo ou pessoa jurídica.

Art.43 – Na hipótese de serviços prestados por pessoa jurídica, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na tabela do Anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado de forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços da alíquota mais elevada.

Art.44 – Na hipótese de serviços prestados por contribuinte, inclusive quando se tratar de profissional autônomo enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços referida do art.32, ficará sujeito à incidência do imposto sobre cada atividade.

Art.45 – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º – Considera-se preço do serviço o valor total recebido ou devido em consequência da prestação do serviço, vedadas quaisquer deduções, exceto as expressamente autorizadas em Lei.

§ 2º – O preço do serviço para efeito de apuração da base de cálculo será obtido:

I – Pela receita bruta mensal do contribuinte, quando se tratar de prestação de serviços em caráter permanente;

II – Pelo preço cobrado, quando se tratar de prestação de caráter eventual;

III – Pela diferença entre o preço da aquisição do bilhete e sua venda e/ou a comissão do contribuinte, no caso das casas lotéricas e loterias esportivas, respectivamente.

§ 3º – Na prestação dos serviços a que se referem os itens 31, 32 e 33 da lista de serviços referida no art.32, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

- a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;
- b) ao valor das sub empreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 4º – Constituem parte integrante do preço:

- a) os valores, acrescidos e os encargos de quaisquer natureza, assim que de responsabilidade de terceiros;
- b) os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito sob qualquer modalidade

§ 5º – Não integram o preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

Art.46 – A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art.47 – Proceder-se-á ao arbitramento para apuração do preço fundamentalmente sempre que:

- a) o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;
- b) o contribuinte, depois de intimado, deixar de exhibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
- c) ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;
- d) sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- e) o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 48 - A base de cálculo do imposto incidente sobre os serviços prestados por estabelecimentos bancários e instituições financeiras compreende:

I - cobrança;

II - guarda de bens em cofres ou caixas-fortes;

III - custódia de bens e valores;

IV - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e seguros;

V - agenciamento de créditos ou de financiamentos;

VI - recebimento de carnês, aluguéis, dividendos, títulos e contas em geral;

VII - recebimento de tributos, contribuições e tarifas;

VIII - pagamento de vencimentos, salários, pensões e benefícios;

IX - pagamento de contas em geral;

X - intermediação na remessa de numerário;

XI - execução de ordens de pagamento ou de crédito;

XII - auditoria e análise financeiras;

XIII - fiscalização de projetos econômico-financeiros;

XIV - análise técnico-econômico-financeira de projetos;

XV - planejamento e assessoramento financeiro;

XVI - resgate de letras com aceite ou outras empresas;

XVII - captação indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;

XVIII - fornecimento de cheques de viagem, de talões de cheques, de cheques avulsos e de segundas-vias de avisos de lançamento;

XIX - visamento de cheque de suspensão de pagamento;

XX - confecção de fichas cadastrais;

XXI - outros serviços não sujeitos ao imposto sobre Operações Financeiras.

§1º. A base de cálculo dos serviços de que trata este artigo inclui os valores cobrados a título de despesa com correspondência ou telecomunicação.

§2º. Nos serviços de recebimento em geral, quando não houver remuneração estipulada a base de cálculo será 0,3% (três décimos por cento) do montante efetivamente repassado.

Art. 49 As alíquotas do imposto são as fixadas na Tabela do Anexa I deste Código.

SEÇÃO V – Lançamentos

Art.50 – O cadastro de prestadores de serviços, efetuado pela Prefeitura, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 51. - Os contribuintes do imposto sujeitam-se às seguintes modalidades de lançamento:

I – por homologação: aqueles cujo imposto tenha por base de cálculo o preço do serviço e as sociedades de profissionais;

II – de ofício ou direto: os que prestarem serviços sob a forma de trabalho pessoal.

Parágrafo único. A legislação tributária estabelecerá as normas e condições operacionais relativas ao lançamento, inclusive as hipóteses de substituição ou alteração das modalidades de lançamento estabelecidas nos incisos I e II deste artigo.

Art.52 – A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela autoridade competente.

§ 1º – Quanto à pessoa física, o lançamento será feito com base nos dados constantes no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza.

§ 2º – Quanto à sociedade de profissionais, o lançamento será feito sob a responsabilidade do contribuinte com base no registro de empregados, contrato social, estatutos, atas, alterações e contratos de prestação de serviços no tocante a terceiros.

§ 3º – Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, a nível interno, padronizado quanto à nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central.

Art.53 – A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte, em formulário próprio, mencionando os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.

§ 1º – A inscrição será efetuada dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do início da atividade do contribuinte

§ 2º – Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição, esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidades.

§ 3º – A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito à inscrição única.

§ 4º – Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

§ 5º – A inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a licença de localização e funcionamento para o desempenho de suas atividades.

Art.54 – A ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do imposto e/ou alterar os dados apresentados na inscrição deverá ser comunicada pelo contribuinte.

§ 1º – Quando se tratar de venda ou transferências de estabelecimento, de mudança de ramo ou de encerramento de atividade, a comunicação deverá ser feita dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da ocorrência dos fatos ou circunstâncias que possa, afetar o lançamento do imposto.

§ 2º – A administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais.

Art.55 – Sem prejuízo de inscrição e respectivas alterações, o Poder Executivo poderá sujeitar o contribuinte à apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

Art.56 – O imposto será lançado:

I – Uma única vez no exercício a que corresponde o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades, previstas nesta lei;

II – Mensalmente, quando a base de cálculo for o preço dos serviços.

Art.57 – Os contribuintes do imposto caracterizado como empresa ficam obrigados a:

I – Manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – Emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento admitido pela administração, por ocasião de prestação de serviços.

Art.58 – O Poder Executivo poderá definir os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 1º – Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentados

§ 2º – Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

~~§ 3º – A autoridade administrativa, por despacho fundamentado, e tendo em vista a natureza do serviço prestado, poderá obrigar a manutenção de determinados livros especiais, ou autoriza a sua dispensa, e permitir a emissão e utilização de notas e documentos especiais.~~

Art.59 – Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, o Poder Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

SEÇÃO VI – Arrecadação

Art.60 – Os contribuintes ou responsáveis pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, à exceção dos profissionais autônomos, deverão, mensalmente, apurar e recolher o imposto até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

§ 1º – O imposto devido decorrente de diversões públicas apresentadas na forma não permanente ou eventual deverá ser recolhido no dia imediato ao da ocorrência do fato gerador

§ 2º – O imposto retido na fonte terá que ser recolhido aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do imposto retido.

Art.61 – O ISSQN, devido anualmente pelos profissionais autônomos, vence a 31 (trinta e um) de Janeiro de cada exercício podendo, a critério do Poder Executivo ser adiado por Decreto, seu vencimento por até 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º - Qualquer adiamento de vencimento acima do prazo previsto no caput deste artigo, dependerá de aprovação pela Câmara Municipal.

§ 2º – O imposto a que se refere o artigo poderá ser pago em 02 (duas) parcelas mensais iguais e sucessivas, incidindo sobre a última, correção monetária, calculada da data do vencimento da primeira parcela até a data do efetivo pagamento da última parcela.

§ 3º – No exercício em que se iniciar a atividade, o prazo para o recolhimento será de 10 (dez) dias, após o efetivo início da atividade.

§ 4º – O pagamento das parcelas após o vencimento implica incidência, além da correção monetária, da multa e juros de mora previstos na legislação municipal.

Art.62 – O ISSQN, devido anualmente pelos profissionais autônomos, será lançado tomando-se como base de cálculo o valor em REAIS na data em que ocorrer o lançamento.

§ 1º – Quando o lançamento ocorrer após o vencimento do tributo, o valor do mesmo deverá ser atualizado, utilizando índices definidos pela legislação em vigor.

§ 2º – Tratando-se de lançamento de ofício, o imposto será pago dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação.

SEÇÃO VII – Da Estimativa

Art.63 – O imposto poderá ser calculado por estimativa, nas seguintes hipóteses:

- I – Quando a atividade for exercida em caráter provisório;
- II – Quando a espécie, modalidade ou volume de negócios e de atividade do contribuinte aconselhem tratamento fiscal específico;
- III – Quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais.

Art.64 – o regime de estimativa será concretizado a requerimento do contribuinte ou em razão de ofício, tendo em vista o que dispõe o inciso II do artigo 58.

Art.65 – Para fins de fixação, por estimativa, da base de cálculo do ISSQN, serão considerados os seguintes elementos:

- I – O preço corrente do serviço, na praça;
- II – O tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- III – O valor das despesas gerais do contribuinte durante o período considerado para cálculo da estimativa.

Art.66 – O regime de estimativa será deferido para um período de até 12 (doze) meses, e sua base de cálculo será em Reais, podendo a autoridade fiscal, a qualquer tempo, suspender sua aplicação, bem como rever os valores estimados.

Art.67 – O contribuinte que não concordar com o valor estimado poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do lançamento.

Art.68 – A reclamação, ainda que oferecida no prazo legal, não suspenderá o regime de estimativa, ficando, entretanto, o contribuinte sujeito à verificação diária no próprio local da atividade, nos termos da legislação vigente.

Art.69 – Findo o exercício ou o período da estimativa, ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados o preço dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do imposto pago a maior.

§ 1º – Verificada qualquer diferença entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido, a mesma será:

- a) recolhida dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido,
- b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

§ 2º – Quando, na hipótese deste artigo, o preço escriturado não refletir o preço dos serviços, a administração poderá arbitrá-lo, por meios diretos ou indiretos.

Art.70 – O débito correspondente à prestação não quitada no seu tempo será inscrito em dívida ativa para imediata cobrança executiva.

Art.71 – Os contribuintes em regime de estimativa ficarão dispensados do uso de livros e documentos fiscais, junto ao Município.

SEÇÃO VIII – Da Isenção e Não Incidência

Art.72 – Desde que cumpridas as exigências da legislação municipal e o previsto no inciso VI, letras a e c e parágrafos 2º e 3º do artigo 150 da Constituição Brasileira, ficam isentos do imposto:

I – As casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem fins lucrativos;

II – A prestação de assistência médica ou odontológica, em ambulatórios ou gabinetes mantidos por estabelecimentos comerciais ou industriais, sindicatos, ou sociedades civis sem fins lucrativos, desde que se destinem exclusivamente ao atendimento de seus empregados e associados, e que não sejam explorados por terceiros, sob qualquer forma.

III – Promoventes de concertos, recitais, shows, bailes e outros espetáculos similares, realizados para fins assistenciais, ou quando, a juízo da administração municipal, forem considerados de excepcional valor artístico.

IV – As atividades esportivas, bem como os espetáculos avulsos, sob a responsabilidade de federações, associações, clubes desportivos devidamente legalizados e por organizações estudantis, realizados para fins de assistência ou a juízo da administração forem julgados de excepcional valor artístico.

V – As pessoas físicas:

- a) as pessoas portadoras de defeitos físicos, sem empregados e reconhecidamente pobres;
- b) que prestam serviços em sua própria residência, por conta própria, sem reclame ou letreiros, e sem empregados, não sendo considerados como tais os filhos e mulher do responsável, excluídos os profissionais de nível universitário e de nível técnico de qualquer grau.

VI – Atividades de pequeno rendimento exercidas individualmente, por conta própria, desde que o movimento econômico não exceda a 01 (um) salário mínimo mensal, e sejam devidamente licenciados pelo Município.

§ 1º – A concessão de isenção do Imposto Sobre Serviços, com base no Art. 67, inciso I, II, IV e V, será solicitada em requerimento e obedecerá:

I – À entrega de documentação comprobatória dos requisitos exigidos à obtenção do benefício;

II – Com referência a instituições, à declaração anual, da qual constarão:

- a) as modificações na sua direção;
- b) as alterações estatutárias;
- c) seus balanços, orçamentos ou outros dados contábeis que venham a ser exigidos.

III – À entrega até o último dia útil do mês de janeiro de cada exercício.

§ 2º – Para a renovação do benefício fiscal será considerada a documentação inicial apresentada e exigidas as provas ao novo exercício.

SEÇÃO IX – Das Infrações e Penalidades

Art.73 – As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – Multa da importância igual a R\$ 50,00 (cinquenta) Reais, nos casos de:

- a) falta de inscrição no cadastro mobiliário ou de sua alteração;
- b) por escriturar ou preencher com rasura ou de forma ilegível livros e documentos fiscais;
- c) falta de número de cadastro de atividade em documentos fiscais.

II – Multa da importância igual a R\$ 80,00 (oitenta) Reais, nos casos de:

- a) falta de livros fiscais na forma regulamentar;
- b) por deixar de escriturar livros fiscais nos prazos regulamentares.
- c) por deixar de comunicar, no prazo e forma regulamentares, as alterações contratuais ou estatutárias, inclusive encerramento de atividades.

III – Multa de importância igual a R\$ 160,00 (cento e sessenta) Reais nos casos de:

- a) falta de emissão de Nota Fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
- b) falta ou recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;
- c) retirada do estabelecimento, ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;
- d) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa;
- e) embaraçamento ou burlamento da ação fiscal.

IV – Multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor corrigido do imposto e nunca inferior a R\$ 65,00 (sessenta e cinco) Reais por escriturar ou preencher livros e documentos com dolo, má fé, fraude ou simulação

V – Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor corrigido do imposto, no caso de não retenção do imposto devido.

VI – Multa da importância igual a 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto corrigido, na falta de recolhimento do imposto retido na fonte.

PARÁGRAFO ÚNICO – Será aplicada multa equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta) Reais por qualquer ação ou omissão não previstas nos incisos acima, que importem em descumprimento de obrigações acessórias.

Capítulo III

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS POR ATO ONEROSO "INTER VIVOS"

SESSÃO I – Da incidência

Art.74 – O Imposto sobre a transmissão de bens imóveis "INTER VIVOS", tem como fato gerador a transmissão "INTER VIVOS", por ato oneroso, de bens imóveis situados no território do município, e direitos reais sobre esses imóveis, bem como a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito de incidência do imposto, considera-se:

I – Transmissão onerosa aquela feita, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física como definidos na lei civil;

II – Transmissão feita a qualquer título de direitos reais sobre imóveis exceto os direitos reais de garantia e as servidões;

III – Cessão de direitos, relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art.75 – A incidência do Imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I – Compra, venda pura ou condicional;

II – Dação em pagamento;

III – Arrecadação;

IV – Adjunção, quando não decorrentes de sucessão hereditária;

V – Partilha "INTER VIVOS" prevista no art. 1.776 do Código Civil;

VI – Desistência ou renúncia da herança ou legado, com determinação do beneficiário;

VII – Mandato em causa própria e seus sub estabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e venda;

VIII – Instituição do usufruto convencional sobre bens imóveis;

IX – Tornas ou reposições que ocorrem nas partilhas em virtude de falecimento ou separação judicial, quando qualquer interessado receber dos imóveis situados no município quota-parte que lhe é devida da totalidade dos bens imóveis, incidindo sobre a diferença;

X – Tornas ou reposições que ocorram nas divisões para extinção de condomínio de imóveis, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o valor da sua quota-parte ideal, incidindo sobre a diferença;

XI – Permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;

XII – Quaisquer outros atos e contratos translativos da propriedade de bens imóveis "INTER VIVOS", sujeitos à transcrição na forma da lei, excetuando-se as doações e as transmissões por causa de morte nos termos do art 86 desta lei.

Art.76 – O imposto é devido quando o imóvel transmitido, ou sobre os quais versarem os direitos transmitidos ou cedidos, esteja situado no território do município, mesmo que mutação patrimonial decorra de contrato celebrado fora deles.

SEÇÃO II – Da não Incidência

Art.77 – O imposto não incide sobre:

I – A transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica em realização de capital;

II – A transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

III – A transmissão de bens ou direitos, quando constar como adquirente a União, Estados, Municípios e demais pessoas de Direito Público Interno, partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, templos de qualquer culto, instituições de educadora e de assistência social sem fins lucrativos, observando o disposto no § 6º deste artigo

IV – A reserva ou extinção de usufruto, uso ou habilitação.

§ 1º – O disposto nos incisos II e III não se aplica quando a pessoa jurídica neles referida tiver como atividade preponderante a venda ou locação de imóveis ou acessão de direitos relativos à sua aquisição;

§ 2º – Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 02 (dois) anos subsequentes à aquisição de imóveis;

§ 3º – Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 02 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando-se em conta os 03 (três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 4º – Quando a atividade preponderante referida no **Parágrafo Segundo** deste artigo estiver evidenciada no instrumento constitutivo da pessoa jurídica adquirente, o imposto será exigido no ato da aquisição, sem prejuízo do direito à restituição que vier a ser legitimado com aplicação do disposto no **Parágrafo Segundo** e **Parágrafo Terceiro**.

§ 5º – ~~Ressalvada a hipótese do parágrafo anterior e verificada a preponderância referida nos Parágrafos Segundo e Parágrafo Terceiro deste artigo, tomar-se-á devido nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado dos bens ou direitos.~~

§ 6º – Para efeito do disposto no artigo, as instituições de educação e de assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

I – Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II – Aplicarem, integralmente, no país, seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais;

III – Manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua perfeita exatidão.

SEÇÃO III – Das Isenções

Art. 78 – Fica isenta do imposto a aquisição de imóvel, quando vinculada a programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário de âmbito federal, estadual ou municipal destinadas à pessoa de baixa renda, com a participação ou a assistência de entidades ou órgãos criados pelo poder público.

SEÇÃO IV - Das Alíquotas

Art. 79 – As alíquotas do imposto são devidas:

I – Nas transmissões e cessões por intermédio do sistema financeiro da habitação:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor efetivamente financiado;
- b) 2% (dois por cento) sobre o valor restante;

II – Nas demais transmissões e cessões a título oneroso, 2% (dois por cento).

SEÇÃO V – Da Base de Cálculo

Art.80 – A base de cálculo do imposto é o valor dos bens, no momento da transmissão ou cessão dos direitos a eles relativos, segundo estimativa fiscal, no preço pago, se este for maior.

§ 1º – O valor estabelecido na forma deste artigo prevalecerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual, sem o pagamento do imposto, ficará sem efeito o lançamento ou avaliação.

§ 2º – Na avaliação serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos, quanto ao imóvel:

I – Zoneamento Urbano;

II – Caracterização da região;

III – Caracterização do terreno;

IV – Caracterização da construção;

V – Valores aferidos no mercado imobiliário;

VI – Outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Art.81 – Nos casos a seguir especificados, a base de cálculo será:

I – Na arrematação ou leilão, o preço pago;

II – Na adjudicação, o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa;

III – Nas doações em pagamento, o valor dos bens imóveis dados para solver o débito;

IV – Nas permutas, o valor de cada imóvel ou direito permutado;

V – Na transmissão do domínio útil, um terço (1/3) do valor do imóvel;

VI – Na transmissão do domínio direto, dois terços (2/3) do valor do imóvel;

VII – Na instituição do direito real de usufruto, uso ou habitação, a favor de terceiros, bem como na sua transferência, por alienação, ao nu-proprietário, em um terço (1/3) do valor venal do imóvel;

VIII – Na transmissão da nua-propriedade, dois terços (2/3) do valor venal do imóvel;

IX – Nas tornas ou reposições, verificadas em partilhas ou divisões, o valor da parte excedente da meação ou do quinhão ou parte ideal consistentes em imóveis;

X – na cessão de direitos, o valor venal do imóvel;

XI – Nas transmissões de direito a ação à herança ou legado, o valor venal do bem ou quinhão transferido que se refira ao imóvel situado no município;

XII – Em qualquer outra transmissão ou cessão do imóvel ou do direito real, não especificada nos incisos anteriores, o valor do bem.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito deste artigo, será considerado o valor do bem ou direito à época da avaliação judicial ou administrativa.

SEÇÃO VI – Dos Contribuintes

Art. 82 – O contribuinte do imposto é:

I – Cessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II – Na permuta, cada um dos permutantes.

PARÁGRAFO ÚNICO – nas transmissões ou cessões que se efetuarem com recolhimento insuficiente ou sem recolhimento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis por este pagamento o transmissor, o cedente, o inventariante e o titular serventia da justiça em razão do seu ofício, conforme o caso.

SEÇÃO VII – Da Forma, do Local, dos Prazos

Art.83 – Nas transmissões ou cessões, por ato entre vivos, o contribuinte, o escrivão de notas ou tabelião, antes da lavratura da escritura ou do instrumento, conforme o caso, emitirá guia com a descrição completa do imóvel, suas características, localização, áreas do terreno, tipo da construção, benfeitorias e outros elementos que possibilitem a estimativa do seu valor venal pelo fisco.

Art.84 – O pagamento do imposto será feito no município da situação do imóvel.

Art.85 – O ITBI "INTER VIVOS" será recolhido mediante guia de arrecadação (GA) emitida pela repartição fazendária.

Art. 86 – A repartição fazendária anotará, nas guias de arrecadação relativas ao recolhimento do ITBI "INTER VIVOS", a data da ocorrência do fato gerador do imposto.

Art.87 – O pagamento do imposto e de direitos a eles relativos, por ato entre vivos, realizar-se-á:

I – Nas transmissões ou cessões, por escritura pública, antes de sua lavratura;

II – Nas transmissões ou cessões, por meio de procaução em causa própria, ou documento que lhe seja assemelhado, antes de lavrado o respectivo instrumento;

III – Nas transmissões em virtude de qualquer sentença judicial, dentro de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado DA SENTENÇA;

IV – Na arrematação, adjudicação e remição, até 30 (trinta) dias após o ato ou trânsito em julgado da sentença, mediante documento de arrecadação, expedido pelo escrivão do fato;

V – Nas aquisições por escritura lavrada fora do município, dentro do 30 (trinta) dias, após o ato, vencendo-se, no entanto, o prazo à data de qualquer anotação, inscrição ou transmissão feitas no município e referentes aos citados documentados;

VI – Nas tomas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do despacho que as autorizar;

SEÇÃO VIII – Da Restituição

Art.88 – O imposto recolhido será devolvido, no todo ou em parte, quando:

I – Não se completar o ato ou o contrato sobre o que tiver pago, depois de requerido com provas bastantes e suficientes;

II – For declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou contrato, pelo qual tiver sido pago;

III – For posteriormente reconhecida a não incidência ou direito à isenção;

IV – Houver sido recolhido a maior.

§ 1º – Instituirá o processo de restituição a via original da guia de arrecadação (GA) respectiva.

§ 2º – Para fins de restituição, a importância indevidamente paga, será corrigida em função do poder aquisitivo de moeda, sendo o coeficiente fixado para correção de débito fiscal, com base na tabela em vigor na data de sua efetivação.

SEÇÃO IX – Da Fiscalização

Art. 89 – Os escrivães, tabeliões, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça não poderão praticar quaisquer atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direito a eles competentes, sem comprovantes originais do pagamento do imposto, os quais serão transcritos em seu interior teor no instrumento respectivo.

Art. 90 – Os serventuários referidos no artigo anterior ficam obrigados a facilitar a fiscalização da Fazenda Municipal, para exames, em cartório, dos livros, registros e outros documentos, que forem lavrados transcritos, averbados ou inseridos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Art. 91 – As penalidades constantes desta seção serão aplicadas sem prejuízo do processo criminal ou administrativo cabível.

PARÁGRAFO ÚNICO – O serventuário ou funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo, de qualquer modo, para o seu não pagamento, ficarão sujeitos às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificados para o recolhimento da multa pecuniária.

Art. 92 A falta ou inexatidão de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto com evidente intuito de fraude, sujeitará o contribuinte a multa de 100% (Cem por Cento) sobre o valor do imposto devido.

PARÁGRAFO ÚNICO: Igual penalidade será aplicada a qualquer pessoa, inclusive serventuário ou o funcionário que intervenha no negócio jurídico ou na declaração, e seja conivente ou auxiliar, na inexatidão ou na omissão praticada.

Art. 93 - Na aquisição por ato Inter Vivos, o contribuinte que não pagar o imposto nos prazos estabelecidos no artigo 90 fica sujeito a multa de 50% (Cinquenta por cento) sobre o valor do imposto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo Ação Fiscal, a multa prevista neste artigo será de 80% (Oitenta por cento)

Art. 94 - As penalidades constantes desta seção serão aplicadas sem prejuízo do processo criminal ou administrativo cabível.

§ 1º - O serventuário ou o funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não-pagamento, ficará sujeito as mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para recolhimento da multa pecuniária.

§ 2º - No caso de reclamação contra a exigência do imposto contra a aplicação da penalidade, apresentada por serventuário ou funcionário, é competente para decidir a controvérsia, em definitivo, o Assessor Técnico Tributário, ou a autoridade indicada pelo Chefe Executivo Municipal.

§3º. O Serventuário que permitir a lavratura de escritura e/ou o seu registro sem que a Secretaria municipal da Fazenda tenha expedido a certidão de liberação do imóvel, ficará sujeito à aplicação de multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do ITBI devido e do IPTU em atraso alusivo ao imóvel transmitido ou cedido.

SEÇÃO X– Das Infrações e Penalidades

Art.95 – Nas transações em que figurem como adquirentes, ou cessionários pessoas imunes ou isentas, ou em casos de não incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração, expedida pela autoridade fiscal municipal.

Art.96 – Nos casos de reclamação contra exigência do imposto, da desaplicação, e da penalidade, é competente para decidir a controvérsia, em definitivo, o chefe do órgão fazendário da prefeitura.

SEÇÃO XI– Disposições Especiais e Finais

Art.97 – Na aquisição de terrenos ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulada com contrato de construção, por empreitada de mão-de-obra e materiais, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

§ 1º – O promissário comprador do lote de terreno que construir no imóvel antes de receber a escritura definitiva, ficará sujeito ao pagamento do imposto sobre o valor da construção e/ou benfeitoria, salvo se comprovar que as obras referidas foram feitas após contrato de compra e venda, mediante exibição dos seguintes documentos:

- 1) Alvará de licença para construção;
- 2) Contrato de empreitada de mão-de-obra;
- 3) Notas fiscais do material adquirido para a construção;
- 4) Certidão de Regularidade da Situação da obra, perante órgão competente do Ministério da Previdência Social.

§ 2º - A critério do representante da Fazenda Municipal, a falta de qualquer documento citado no "caput" do artigo ou parágrafo anterior poderá ser suprida por outros que façam prova equivalente.

Art. 98 - Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador do ITBI ou por estarem expressamente designados são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:

- I - na transmissão de bens e direitos, o adquirente, em relação ao transmitente do bem ou do direito transmitido;
- II - na transmissão de bens ou de direitos, o transmitente, em relação ao adquirente do bem ou do direito transmitido;
- III - na cessão de bens ou de direitos, o cessionário, em relação ao cedente do bem ou do direito cedido;
- IV - na cessão de bens ou de direitos, o cedente, em relação ao cessionário do bem ou do direito cedido;
- V - na permuta de bens ou de direitos, o permutante, em relação ao outro permutante do bem ou do direito permutado;
- VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis

Art. 99 - O Poder Executivo Municipal expedirá normas para o cumprimento do disposto neste capítulo, independentemente de sua regulamentação.

TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Capítulo IV TAXA DE EXPEDIENTE

SEÇÃO I - Da Incidência

Art. 100 - A taxa de expediente tem como fato gerador a entrada de requerimento e petições nos órgãos da Prefeitura, lavraturas de termos e contratos com o Município, emissão de certidões, alvarás, atestados e outros papéis e a averbação e o cadastro em decorrência do lançamento de uma propriedade de uma para outro contribuinte

SEÇÃO II - Sujeito Passivo

Art. 101 - Contribuinte da taxa é o peticionário ou quem tiver interesse direto no ato do governo municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A taxa de expediente será cobrada, sobre cada conhecimento ou guia de arrecadação expedida, como fundo a Assistência Social no Município.

SEÇÃO III - Cálculo da Taxa

Art. 102 - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculada de acordo com a tabela do Anexo II

SEÇÃO IV – Arrecadação

Art. 103 – A taxa será arrecadada quando da entrada de requerimento na seção do protocolo, através das guias de arrecadação ou conhecimento.

PARÁGRAFO ÚNICO – São isentos da taxa os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais, e os requerimentos e certidões referentes à vida funcional dos servidores municipais.

Capítulo V TAXA DO CEMITÉRIO

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.104 – A taxa de cemitério tem como fato gerador a prestação ou a disponibilidade de serviços prestados no cemitério e a autorização para construção de jazigos.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art. 105 – Contribuinte da taxa é a pessoa interessada na utilização dos serviços ou na realização das obras sujeitas a licenciamento ou à fiscalização do poder Público.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica isento do pagamento da taxa prevista no art. 104, quando tratar-se de indigentes ou cidadão do município de São João do Paraíso, cuja renda não ultrapasse a (019um) salário mínimo mensal.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.106 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do anexo III.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art. 107 – A taxa será lançada em nome da pessoa interessada.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.108 – A taxa será arrecadada no ato do requerimento independentemente da concessão da licença.

Capítulo VI TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE ANIMAIS ABANDONADOS

SEÇÃO I – Da Incidência

Art. 109 – A taxa de apreensão e depósito de animais abandonados tem como fator gerador a apreensão de animais abandonados em logradouros públicos e o custo da manutenção do animal mantido em depósito.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art. 110 – Contribuinte da taxa são os possuidores, sob qualquer título, dos animais abandonados.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art. 111 - A taxa será calculada:

I – Pela apreensão, por cabeça

- 1) quando se tratar de cachorros, suínos e caprinos, R\$ 5,00 (cinco) reais;
 - 2) quando se tratar de bois, cavalos, burros e outros animais, R\$ 10,00 (dez) reais.
- II – Pela manutenção do animal em depósito, por cabeça:
- 1) quando se tratar de cachorros, suínos e caprinos, R\$ 2,00 (dois) reais, por dia ou fração;
 - 2) quando se tratar de bois, cavalos, burros e outros animais, R\$ 4,00 (quatro) reais, por dia ou fração.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.112– A taxa será lançada em nome do contribuinte, uma única vez.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.113 – A taxa será arrecadada antecipadamente a entrega do animal a seu possuidor.

Capítulo VII

TAXA DE ABATE DE ANIMAIS E UTILIZAÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.114 – A taxa tem como fato gerador o serviço prestado no abate de animais e o preço gasto pela manutenção do matadouro em condições higiênicas, em decorrência de sua utilização pelos contribuintes interessados.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.115 – O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate de animais dentro do matadouro municipal.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.116 – A taxa será calculada conforme tabela constante do anexo VIII desta Lei .

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.117 – A taxa será lançada em nome do contribuinte sempre que o serviço for prestado.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.118 – A taxa será arrecadada até o 2º (segundo) dia útil da semana posterior ao abate.

CAPÍTULO VIII

TAXA DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.119 – A taxa tem como fato gerador a prestação dos serviços de alinhamento e nivelamento

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.120 – O contribuinte da taxa é a pessoa interessada na realização dos serviços.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.121 – A taxa será calculada à base de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) de Real , por metro linear, tanto para o alinhamento quanto para o nivelamento.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.122 – A taxa será lançada em nome do contribuinte uma única vez.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.123 – A taxa será arrecadada quando da prestação do serviço.

Capítulo IX NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.124 – A taxa tem como fator gerador a utilização do serviço.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.125 – O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel que tenha utilizado do serviço.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.126 – A taxa será calculada à razão de R\$ 10,00 (dez) Reais, mais o custo real da placa.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.127 – A taxa será lançada em nome do contribuinte que tenha utilizado o serviço

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.128 – A taxa será arrecadada quando da prestação do serviço.

TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Capítulo X A TAXA DE COLETA DE LIXO

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.129 – A taxa de coleta de lixo tem como fato gerador a coleta e remoção do lixo de imóvel edificado.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.130 – Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.131 – A taxa será calculada de acordo com tabela elaborada pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, sendo que o percentual e a taxação serão objetos de regularização em ato a ser baixado pelo Poder Executivo municipal (Decreto).

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.132 – A taxa será lançada, mensalmente, em nome do contribuinte ou anualmente na guia do IPTU segundo ato baixado pelo Poder Executivo.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.133 – A cobrança e arrecadação ficarão a cargo da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso e serão feitas na guia de IPTU.

Capítulo XI TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.134 – A taxa tem como fato gerador os serviços prestados em logradouros públicos que objetivem manter limpa a cidade, tais como:

- a) varrição, lavagem e irrigação;
- b) limpeza e desobstrução de bueiros, bocas-de-lobo, galerias de águas pluviais e córregos;
- c) capinação;
- d) desinfecção de locais insalubres.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese da prestação de mais de um serviço, haverá uma única incidência.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.135 – Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel lindeiro a logradouro público onde a Prefeitura mantenha, com regularidade necessária, qualquer dos serviços mencionados no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.136 – A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculada à razão de R\$ 0,60 (sessenta centavos) de Real, por metro linear da testada do imóvel beneficiado pelo serviço.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.137 – A taxa lançada anualmente, em nome do contribuinte, como base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.138 – A taxa será paga na forma e prazos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
Capítulo XV
A TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.139 – Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços e de demais atividades poderá localizar-se no Município, sem o prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou permissão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pela prestação dos serviços de que trata o "caput" deste artigo cobrar-se-ão os tributos cabíveis, independentemente da concessão da licença.

Art.140 – A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO – Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.141 – Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito à fiscalização.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.142 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo IV desta lei.

§ 1º – No caso de atividades múltiplas exercidas no mesmo local, a taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal.

§ 2º – No caso de despacho desfavorável definitivo, ou desistência do pedido de licença, a taxa será reduzida em 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor, equiparando-se a abandono do pedido a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.143 – A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal ou de ofício.

Art.144 – O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 10 (dez) dias, para fins de atualização cadastral as seguintes ocorrências:

- I – Alteração da razão ou do ramo de atividade;
- II – Alteração na forma societária

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.145 – A taxa será arrecadada até o dia 31 de janeiro de cada exercício.

Capítulo XVI

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

SEÇÃO I – Da Incidência

Art. 146 – A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.147 – Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito a fiscalização.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.148 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do anexo V desta lei.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.149 – A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal ou de ofício.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.150 – A taxa será arrecadada quando da concessão da licença.

Capítulo XVII TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.151 – A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a quem se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público.

PARÁGRAFO ÚNICO – A taxa é também devida quando da publicidade em locais públicos que pertençam à municipalidade.

Art.152 – Não estão sujeitos a taxa os dizeres indicativos relativos a

- a) Hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas, firma de engenharia, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto de execução de obras, quando nos locais destas;
- b) Propaganda eleitoral política, atividade sindical, culto religioso e atividade da administração pública.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.153 – Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.154 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VI desta lei.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.155 – A taxa será lançada em nome da pessoa física ou jurídica que fizer uso da publicidade.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.156 – A taxa será lançada quando da concessão da licença.

Capítulo XVIII TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, ARRUAMENTOS E CONCESSÃO DO "HABITE-SE"

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.157 – A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, bem como pretenda fazer arruamento ou loteamentos em terrenos particulares.

PARÁGRAFO ÚNICO – A taxa é devida também na concessão do "habite-se", quando a fiscalização municipal verificará se a obra foi construída de acordo com as normas estabelecidas em lei.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.158 – Contribuinte da taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.159 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VII desta lei.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.160 – A taxa será lançada em nome do contribuinte uma única vez.

PARÁGRAFO ÚNICO – Expirado o prazo mencionado no Código de Obras de validade do alvará de licenciamento, ocorrerá nova incidência da taxa.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.161 – A taxa será arrecadada na entrada do requerimento da concessão da respectiva licença.

Capítulo XIX TAXA DE ABATE DE ANIMAIS FORA DO MATADOURO

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.162 – O abate de animal destinado ao consumo público, quando feito fora do matadouro municipal, só será permitido mediante autorização da Prefeitura, procedida de inspeção sanitária.

Art.163 – A taxa tem como fato gerador a inspeção sanitária de que trata o artigo anterior.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.164 – O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate do animal.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.165 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do anexo VIII desta lei.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.166 – A taxa será lançada em nome do contribuinte sempre que for requerida a respectiva licença ou de ofício.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.167 – A taxa será arrecadada até o 2º (segundo) dia útil da semana posterior ao abate.

Capítulo XX

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.168 – A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe áreas, vias e logradouros públicos para uso próprio ou com veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos e qualquer outro móvel ou utensílio para fins comerciais, de prestação de serviços ou qualquer outro fim.

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.169 – Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupe áreas, vias e logradouros públicos, nos termos do artigo anterior.

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.170 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo IX desta lei.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.171 – A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal do ofício.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.172 – A taxa será lançada quando da concessão da licença ou quando do lançamento do ofício.

Capítulo XXI

TAXA DE LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

SEÇÃO I – Da Incidência

Art.173 – A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que exerça o comércio eventual ambulante.

Art.174 – A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

§ 1º – Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, em instalações removíveis, colocadas nas vias

ou logradouros públicos, como balcões, barracas, "trailers", mesas, tabuleiros e semelhantes, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 2º – Comércio ambulante é o exercício individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa

SEÇÃO II – Sujeito Passivo

Art.175 – Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que exerça o comércio eventual ou ambulante

SEÇÃO III – Cálculo da Taxa

Art.176 – A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo X desta lei.

SEÇÃO IV – Lançamentos

Art.177 – A taxa será lançada em nome do contribuinte, quando da solicitação da licença para o exercício da atividade.

SEÇÃO V – Arrecadação

Art.178 – A taxa será arrecadada quando da concessão da licença.

Capítulo XXII

INFRAÇÕES E PENALIDADES RELATIVAS ÀS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

Art.179 – As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para sua concessão;

II – Multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa, no exercício de qualquer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença;

III – Multa de 30% (trinta por cento) do valor da taxa no caso de não observância do disposto no art.139.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contribuinte da taxa de licença, para localização e funcionamento está sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela prefeitura municipal.

Capítulo XXIII

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 180 - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o benefício resultante da execução de obras públicas, em relação aos imóveis de propriedade privada situados na zona de influência.

Art. 181 A contribuição de melhoria será devida no caso de valorização de imóveis, em virtude da execução, pelo Município, suas Autarquias ou Empresas Públicas, das seguintes obras:

I - Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas,

II - Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos,

III - Construção de ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema,

IV - Abastecimento de água potável, redes de esgotamento sanitário e instalação de comodidades públicas;

- V - Instalação de redes elétricas e suprimento de gás;
- VI - Transportes e comunicações em geral;
- VII - Instalação de telefônicos, funiculares e ascensores;
- VIII - Proteção contra secas, inundações, erosão e ressacas e de saneamento e drenagem em geral, desobstrução de barras e canais, retificação e regularização de cursos de água e irrigação;
- IX - Construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- X - Construção de aeroportos e seus acessos;
- XI - Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 182 - A contribuição de melhoria terá como limite total a despesa realizada, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução, e financiamento, bem como os encargos respectivos.

§ 1º. Os elementos referidos no caput deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo, elaborados pela Prefeitura Municipal.

§ 2º. O prefeito, com base nos documentos referidos no parágrafo anterior e tendo em vista a natureza da obra ou do conjunto de obras, os eventuais benefícios para os usuários o nível de renda dos contribuintes e o volume ou à quantidade de equipamentos públicos existentes na sua zona de influência, fica autorizado a reduzir, em até 60% (sessenta por cento), o limite total a que se refere este artigo.

Art. 183 - As obras públicas que justificarem a cobrança de contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

- I - Ordinário - quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração;
- II - Extraordinário - quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados.

Art. 184 - A Contribuição de Melhoria não incidirá nos casos de:

- I - simples reparação e recapeamento de pavimentação;
- II - alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;
- III - colocação de guias e sarjetas;
- IV - obras de pavimentação executadas na zona rural do Município;
- V - adesão a Programa de Asfaltamento Comunitário - PAC.

Art. 185 - Contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

§ 1º. Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º. Os demais imóveis serão lançados em nome de seus respectivos titulares.

Art. 186. A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a transmissão.

Art. 187. Para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto serão definidas sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis nela localizados.

Art. 188. Tanto às zonas de influência como os índices de hierarquização de benefícios serão aprovados pelo prefeito com base em proposta elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.

Art. 189. Para o cálculo da contribuição de melhoria serão adotados os seguintes procedimentos:

- I - Delimitação, em planta, da zona de influência da obra;
- II - Divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso,
- III - Individualização, com base na área territorial dos imóveis localizados em cada faixa,
- IV - Obtenção da área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

Art. 190. Para a cobrança da contribuição de melhoria, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas deverá publicar Edital, contendo os seguintes elementos:

- I - memorial Descritivo da obra e o seu custo total;
- II - Determinação da parcela do custo total a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;
- III - Delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis;
- IV - Relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;
- V - Valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

§ 2º - O Edital deverá ser publicado até, no máximo, o exercício seguinte ao da conclusão da obra.

Art. 191. Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso IV do artigo anterior terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

PARÁGRAFO ÚNICO - A impugnação deverá ser dirigida ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, através de petição fundamentada e instruída com documentos, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 192. Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 193. A notificação de lançamento, diretamente ou por Edital conterá:

- I - Identificação do contribuinte e o valor da contribuição de melhoria cobrada;
- II - Prazos para pagamento, de uma só vez ou parceladamente, e respectivos locais de pagamento;

III - Prazo para reclamação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior a 20 (vinte) dias, o contribuinte poderá apresentar reclamação por escrito, questionando

I - Erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - Valor da contribuição da melhoria;

III - Número de prestações.

Art. 194 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras nem terão efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 195 - A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parcelada, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará do desconto de 15% (quinze por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar da notificação do lançamento;

II - O pagamento parcelado sofrerá juros de 1% (um por cento) ao mês e as parcelas respectivas terão os seus valores vinculados aos índices oficiais da correção monetária.

Art. 196 - O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte a multa de 10% (dez por cento) e aos juros de mora de 1% (um por cento), ao mês ou fração, calculados sobre o valor atualizado da parcela, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

TÍTULO III - DAS NORMAS GERAIS

Capítulo I SUJEITO PASSIVO

Art.197 - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A capacidade tributária-passiva independe:

I - Da capacidade civil das pessoas naturais;

II - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privações ou limitações do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Art.198 - São pessoalmente responsáveis:

I - O adquirente ou remitente, pelos débitos relativos a bem imóvel, existentes à data do título de transferência, salvo quando deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelo débitos tributários do "de cujos", existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - O espólio, pelos débitos tributários do "de cujos" existentes à data de abertura da sucessão

Art.199 - A pessoa jurídica de direito privado resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, será responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual.

Art.200 – Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado por pessoa jurídica imune, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, respondendo por elas o alienante.

Art.201 – A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outro, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial, ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquiridos, devidos até a data do respectivo ato.

I – Integralmente, se alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributados;

II – Subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contando da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art.202 – Respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I – Os pais, pelos débitos dos filhos menores;

II – Os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;

III – Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV – O inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V – O síndico e comissário, pelos débitos tributários de massa falida ou de concordatário;

VI – Os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício;

VII – Os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

PARÁGRAFO ÚNICO – O disposto neste artigo somente se aplica, quanto à penalidade, às de caráter moratório.

Art.203 – São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes à obrigação tributária resultante de atos praticados com excesso de poder ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

I – As pessoas referidas no artigo anterior;

II – Os mandatários, os prepostos e empregados;

III – Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Capítulo II LANÇAMENTOS

Art.204 – Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação de penalidade cabível.

PARÁGRAFO ÚNICO – A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória sob pena de responsabilidade funcional.

Art.205 – O lançamento reportar-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º – Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador, tenha instituído novos critérios de apuração ou processo de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º – O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considere ocorrido.

Art.206 – O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º – Quando o contribuinte alegar domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º – A notificação far-se-á por edital na impossibilidade de entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa do seu recebimento.

Art.207 – A notificação de lançamento conterà:

- I – O nome do sujeito passivo;
- II – O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- III – A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- IV – O prazo para recolhimento do tributo;
- V – O comprovante para o órgão fiscal de recolhimento do tributo;
- VI – O domicílio tributário do sujeito passivo.

Art.208 – O lançamento do tributo independe:

- I – Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou de seus efeitos;
- II – Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art.209 – O lançamento do tributo não implica reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse de bem imóvel, nem de regularidade do exercício de atividade ou de legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art.210 – Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Capítulo III ARRECAÇÃO

Art.211 – O pagamento de tributos será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiros, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º – Será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitadas as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância pelo sacado.

§ 2º – Considerando-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, e desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art.212 – Todo recolhimento de tributos deverá ser efetuado em órgão arrecadador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração sob pena de sua nulidade.

Art.213 – O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento.

- I – Quando parcial, das prestações em que se decompõe;
- II – Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art.214 – É facultada à Administração a cobrança, em conjunto, de impostos e taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art.215 – A aplicação de penalidades não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art.216 – A falta de pagamento de débito tributário, nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto, dos seguintes acréscimos:

- I – Multa moratória de;

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo, quando o pagamento for efetuado depois de decorridos até 60 (sessenta) dias do vencimento.

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II – Juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerado mês qualquer fração;

Art.217 – O débito não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo anterior, se constituirá em Dívida Ativa, para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

Art.218 – A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

PARÁGRAFO ÚNICO – A prescrição interrompe:

I – Pela citação pessoal feita ao devedor;

II – Pelo protesto judicial;

III – Por qualquer ato judicial que constitua em mora ao devedor;

IV – Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art.219 – O débito vencido e superior a R\$ 100,00 (cem reais) poderá ser parcelado em até 05 (cinco) pagamentos iguais, mensais e consecutivos.

§1º – O primeiro pagamento ocorrerá quando do parcelamento.

§ 2º – A partir do segundo pagamento incidirá correção monetária sobre outras parcelas, corrigidas mensalmente pelo índice oficial adotado pela União.

§ 3º – O parcelamento só será deferido a requerimento do interessado, o que implicará o reconhecimento da dívida.

§ 4º – O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importa na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

Capítulo IV RESTITUIÇÃO

Art.220 – O sujeito passivo Terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributos nos seguintes casos:

I – Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face de legislação tributária, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

Art.221 – O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido desde que juntada notificação da Prefeitura que acuse crédito do contribuinte, ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Art.222 – A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art.223 – A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiverem sido recolhidas, salvo as referentes a infração de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição

§ 1º – A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§ 2º – Será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

Art.224 – O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de 06 (seis) meses, contados da data do requerimento da parte interessada.

Art.225 – A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação com crédito tributário do sujeito passivo.

Art.226 – O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos da data do lançamento.

Capítulo V INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.227 – Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente, ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art.228 – Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art.229 – O contribuinte, o responsável, ou demais pessoas envolvidas em infrações, poderão apresentar denúncia espontânea de infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º – Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração

§ 2º – A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para fins do disposto neste artigo.

Art.230 – A lei tributária que define infração ou comina penalidade aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

- I – Exclua a definição do fato como infração;
- II – Comina penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

Capítulo VI IMUNIDADES E ISENÇÕES

Art.231 – É vedado ao Município instituir impostos sobre:

- I – O patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios;
- II – Os templos de qualquer culto, assim considerados os locais próprios onde se celebram as cerimônias públicas;

III – O patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social, clubes esportivos, sociais e de serviços, associações de classes, fundações assistenciais, orfanatos, creches, asilos e demais organizações sem fins lucrativos devidamente regularizados e amparados por legislação estadual ou federal.

IV – Livros, jornais e periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º – A vedação do inciso I é extensiva às autarquias e às fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

§ 2º – As vedações do inciso I e do Parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativos ao bem imóvel;

§ 3º – As vedações expressas nos incisos II e III compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º – O disposto no inciso III é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nelas referidas, sendo que, ao não cumprimento destes requisitos, a autoridade competente suspenderá a aplicação dos benefícios:

- a) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;
- b) Aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

PARÁGRAFO ÚNICO – O disposto neste artigo abrange também a prática de ato, previsto em lei, assecuratória do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art.232 – A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município; não poderá Ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois Terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Art.233 – A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art.234 – A documentação do primeiro pedido de reconhecimento de imunidade ou de isenção que comprove os requisitos para a concessão do benefício poderá servir para os exercícios fiscais subsequentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

TÍTULO IV - DOS PROCEDIMENTO FISCAL

Capítulo I

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art.235 – O procedimento fiscal terá início com

I – A lavratura do auto de infração;

II – A lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;

III – A impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou de ato administrativo dele decorrente.

Art.236 – Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária, que impede ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração.

Art.237 – O auto de infração será lavrado por autoridade de administrativa competente e conterá:

I – O local, a data e a hora da lavratura;

II – O nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;

III – A descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV – A capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração e do que lhe comine penalidade;

V – A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;

VI – A assinatura do agente atuante e a indicação de seu cargo e função;

VII – A assinatura do atuante ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

§ 1º – A assinatura do atuado não importa em confissão nem sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§ 2º – As omissões ou incorreções do auto de infração não invalidam quando do processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art.238 – O processo do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres.

Art.239 – o Atuado será intimado da lavratura do auto de infração:

I – Pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio atuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura e recibo datado no original.

II – Por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoal de seu domicílio.

III – Por publicação feita em qualquer meio de divulgação oficial do município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improficuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 240. Conformando-se o atuado com o auto de infração, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento do Auto de Infração, o valor das multas, exceto moratória, será reduzido a 30%(trinta por cento).

Art.241 – Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO – A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação

Art.242 – A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação de lugar onde ficaram depositados, e o nome do depositano, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato, e a indicação das disposições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O atuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art.243 – A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Art.244 – O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entende útil, e juntados os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§ 1º – A impugnação da exigência fiscal mencionará:

- 1) a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- 2) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
- 3) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- 4) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
- 5) o objetivo visado.

§ 2º – A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Art.245 – A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatônicas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Julgada improcedente a impugnação, arcará com as custas o sujeito passivo.

Art.246 – Preparando o processo para decisão, a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

§ 1º – Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir daquela data.

§ 2º – O impugnador será notificado do despacho mediante assinatura no próprio processo, por via postal registrada ou por edital, quando se encontrar em local incerto e não sabido.

Art.247 – Na hipótese de auto de infração, conformando-se o atuado com o despacho da autoridade administrativa denegatôno da impugnação, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento tributário arquivado.

Capítulo II SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art.248 – Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para instância administrativa superior.

PARÁGRAFO ÚNICO – O recurso terá efeito suspensivo da cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação de despacho de primeira instância.

Art.249 – Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo, ou o atuado, do pagamento do tributo ou de multa de valor originário superior a R\$ 100,00 (cem reais), seu prolator recorrerá de ofício mediante declaração no próprio despacho.

Art.250 – A decisão na instância administrativa superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para primeira instância.

PARÁGRAFO ÚNICO – Decorridos o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados os juros e correção monetária a partir desta data.

Art.251 – A instância administrativa superior será constituída na forma que a lei determinar.

Art.252 – Da decisão da instância administrativa superior caberá pedido de reconsideração ao prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias.

Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.253 – São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art.254 – Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

Art.255 – Na hipótese de a impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º – O sujeito passivo, ou o atuado poderão evitar, no todo ou em parte, aplicação dos acréscimos na forma deste artigo ou desde que efetuem o pagamento do débito e da multa exigidos, ou o depósito premonitório da correção monetária.

§ 2º – Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou atuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

TÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo I FISCALIZAÇÃO

Art.256 – Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art.257 – A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas à obrigação tributária, inclusive nos casos de imunidade e isenção.

Art.258 – A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente

I – Exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações,

II – Apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas regulamentares.

Art.259 – A escrita fiscal ou mercantil, com emissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultado à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art.260 – O exame dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências poderá ser repetido, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art.261 – Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

I – Os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício;

II – Os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III – As empresas de administração de bens;

IV – Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – Os inventariantes;

VI – Os síndicos, comissários e liquidatários;

VII – Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

PARÁGRAFO ÚNICO – A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art.262 – Independentemente do disposto na legislação criminal, e vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos na Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômico financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º – Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições de autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre a União, estados e outros Municípios.

§ 2º – A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

Art.263 – As autoridades da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxílio de força pública Federal, Estadual ou Municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

Capítulo II CONSULTA

Art.264 – Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art.265 – A consulta será dirigida a autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, e instruída, se necessário com documentos.

Art.266 – Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa, ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art.267 – Na hipótese de mudança da orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da notificação.

Art.268 – A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Do despacho em processo de consulta não caberá recurso nem pedido de reconsideração.

Art.269 – Respondida a consulta, o consulente será notificado para no prazo de 30 (trinta) dias dar cumprimento a eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de cominações ou penalidades.

PARÁGRAFO ÚNICO – O consulente poderá evitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento, ou o depósito premonitório de correção monetária, importância que se indevida, será restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art.270 – A resposta à consulta será vinculada para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexactos fornecidos pelo consulente.

Capítulo III DÍVIDA ATIVA

Art.271 – A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na dívida ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias.

Art.272 – Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para o pagamento do disposto neste código, em regulamento ou também por decisão final, proferida em processo regular.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art.273 – O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – O nome do devedor e, sendo o caso, o do co-responsável, bem como, sempre que possível, o domicílio ou, a residência de um e de outro;

II – A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III – A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV – A data em que foi inscrita;

V – Sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO – A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição do débito.

Art.274 – A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo da cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art.275 – A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

PARÁGRAFO ÚNICO – A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que se aproveite.

Capítulo IV CERTIDÃO NEGATIVA

Art.276 – A pedido do contribuinte será fornecida certidão negativa dos tributos municipais, nos termos do requerido, dentro de até 05 (cinco) dias úteis.

Art.277 – Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo, ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art.278 – A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art.279 – O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício, contrata ou concorre.

Art.280 – A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.281 – Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º– Os prazos serão contínuos, excluído, no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º- Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil.

Art.282 – Consideram-se integradas à presente Lei as tabelas dos anexos de nºs I; II; III; IV; V; VI; VII; VIII; IX e X que a acompanham.

Art.283 – O município poderá adotar índices oficiais de correção monetária, a qualquer tempo, no intuito de corrigir os valores em Reais expressos nas tabelas de cobrança de impostos e taxas constantes desta lei.

Art.284 – Revogam-se as disposições em contrário , particularmente a Lei nº 1.201 de 08 de Dezembro de 1997

Art.285 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e produz seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso MG, 10 de agosto de 2005

José de Sousa Nelci
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE QUE TRATA O ART. 30 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - INCIDENTE SOBRE A RECEITA BRUTA

SERVIÇOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA COM INCENTIVO PARA PAGAMENTO NA DATA DO VENCIMENTO
1 - Serviços de informática e congêneres.		
1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	2,5%	2%
1.02 - Programação.	2,5%	2%
1.03 - Processamento de dados e congêneres.	2,5%	2%
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2,5%	2%
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2,5%	2%
1.06 - Assessoria e consultoria em informática	2,5%	2%
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	2,5%	2%
1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2,5%	2%
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%	2,5%
3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	3%	2,5%
3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escanôtons virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2,5%	2%
3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%	4%
3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	2,5%	2%
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 - Medicina e biomedicina	2,5%	2%
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	2,5%	2%
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2,5%	2%

4.04 - Instrumentação cirúrgica.		
4.05 - Acupuntura.	2,5%	2%
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2,5%	2%
4.07 - Serviços farmacêuticos.	2,5%	2%
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2,5%	2%
4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2,5%	2%
4.10 - Nutrição.		
4.11 - Obstetrícia.	2,5%	2%
4.12 - Odontologia.	2,5%	2%
4.13 - Ortopedia	2,5%	2%
4.14 - Próteses sob encomenda	2,5%	2%
4.15 - Psicanálise.	2,5%	2%
4.16 - Psicologia.	2,5%	2%
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2,5%	2%
4.18 - Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	3%	2%
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2,5%	2%
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%	2%
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2,5%	2%
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%	2,5%
4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%	2,5%
5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.	3%	2,5%
5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	2,5%
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	2,5%
5.04 - Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	3%	2,5%
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	2,5%
5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	2,5%
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	4%	3%
5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	4%	3%
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	4%	3%
6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres		
6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2,5%	2%
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2,5%	2%
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2,5%	2%

4.04 – Instrumentação cirúrgica.	2,5%	2%
4.05 – Acupuntura.	2,5%	2%
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2,5%	2%
4.07 – Serviços farmacêuticos.	2,5%	2%
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2,5%	2%
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2,5%	2%
4.10 – Nutrição	2,5%	2%
4.11 – Obstetrícia.	2,5%	2%
4.12 – Odontologia	2,5%	2%
4.13 – Ortopática.	2,5%	2%
4.14 – Próteses sob encomenda	2,5%	2%
4.15 – Psicanálise.	2,5%	2%
4.16 – Psicologia.	2,5%	2%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2,5%	2%
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	2%
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2,5%	2%
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	2%
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2,5%	2%
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%	2,5%
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	3%	2,5%
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia	3%	2,5%
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	2,5%
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	2,5%
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	2,5%
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	2,5%
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	2,5%
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	4%	3%
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	4%	3%
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	4%	3%
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	2,5%	2%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2,5%	2%
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	2,5%	2%

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2,5%	2%
6.05 – Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.	3%	2,5%
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	2,5%	2%
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%	3%
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	4%	3%
7.04 – Demolição	2,5%	2%
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontos, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%	3%
7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2,5%	2%
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	2,5%	2%
7.08 – Calafetação.	2,5%	2%
7.09 – Variação, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	2,5%	2%
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	4%	3%
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	2,5%	2%
7.12 – controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	4%	3%
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	4%	3%
7.14 – Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação e congêneres.	4%	3%
7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	2,5%	2%
7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	4%	3%

7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	4%	3%
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	2,5%
7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	4%	3%
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	4%	3%
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2,5%	2%
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.		
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat , apart-hotéis, hotéis residência, residence-service , suíte service , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	4%	3%
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passelos, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%	2,5%
9.03 – Guias de turismo.	4%	3%
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	4%	3%
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	4%	3%
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	4%	3%
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	4%	3%
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	4%	3%
10.06 – Agenciamento marítimo.	4%	3%
10.07 – Agenciamento de notícias.	4%	3%
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%	2,5%
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2,5%	2%

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%	2,5%
14.02 – Assistência técnica	2,5%	2%
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	2,5%	2%
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus	4%	3%
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	2,5%	2%
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	3%	2,5%
14.07 – Colocação de molduras e congêneres	2,5%	2%
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	2,5%	2%
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	2,5%	2%
14.10 – Tinturaria e lavandaria	2,5%	2%
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	2,5%	2%
14.12 – Funilaria e lanternagem	2,5%	2%
14.13 – Carpintaria e serralheria	2,5%	2%
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5%	4%
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5%	4%
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	5%	4%
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5%	4%
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5%	4%
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral, abono de firmas, coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5%	4%

<p>15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.</p>	<p>5%</p>	<p>4%</p>
<p>15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.</p>	<p>5%</p>	<p>4%</p>
<p>15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.</p>	<p>5%</p>	<p>4%</p>
<p>15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em operações de câmbio.</p>	<p>5%</p>	<p>4%</p>

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	4%
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	4%	3%
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2,5%	2%
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	2,5%	2%
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2,5%	2%
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	2,5%
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4%	3%
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	2,5%
17.07 – Franquia (franchising).	3%	2,5%
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2,5%	2%
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2,5%	2%
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	2,5%	2%
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2,5%	2%
17.12 – Leilão e congêneres.	4%	3%
17.13 – Advocacia.	2,5%	2%
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2,5%	2%
17.15 – Auditoria.	4%	3%
17.16 – Análise de Organização e Métodos.	2,5%	2%
17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2,5%	2%
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2,5%	2%
17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2,5%	2%
17.20 – Estatística.	4%	3%
17.21 – cobrança em geral.	5%	4%
17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionado a operações de faturização (factoring).	5%	4%

5%	4%
2,5%	2%
2,5%	2%

25 01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes, aluguel de capela, transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	2,5%
25 02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%	2,5%
25 03 - Planos ou convênio funerários.	3%	2,5%
25 04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	2,5%
26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26 01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5%	4%
27 - Serviços de assistência social.		
27 01 - Serviços de assistência social.	2,5%	2%
28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28 01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2,5%	2%
29 - Serviços de biblioteconomia.		
29 01 - Serviços de biblioteconomia.	2,5%	2%
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30 01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2,5%	2%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31 01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2,5%	2%
32 - Serviços de desenhos técnicos.		
32 01 - Serviços de desenhos técnicos.	2,5%	2%
33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33 01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	2,5%
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34 01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%	2,5%
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35 01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	2,5%
36 - Serviços de meteorologia.		
36 01 - Serviços de meteorologia.	3%	2,5%
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37 01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%	2,5%
38 - Serviços de museologia.		
38 01 - Serviços de museologia.	3%	2,5%
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39 01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%	2,5%

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 – Obras de arte sob encomenda.	3%	2,5%

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE EXPEDIENTE
TAXA DE EXPEDIENTE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM REAIS
1) ALVARÁS	
a) De licença concedida ou outros.....	5,00
b) De aprovação parcial ou total de arruamentos e loteamentos....	5,00
2) ATESTADOS	
a) Por uma folha.....	5,00
b) Que exceder, por folha.....	2,50
3) APROVAÇÃO DE ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS	50,00
a) Por Decreto, de aprovação parcial ou total.....	
4) CERTIDÕES	
a) Por folha.....	5,00
b) Busca, por ano, além das taxas das alíneas "a" e "b".....	10,00
5) CONCESSÕES – ATO DO PREFEITO CONCEDENDO	
a) Favores, em virtude de Lei Municipal, sobre o valor da concessão efetiva ou arbitrada.....	5,00
b) Privilégio individual ou a empresa, concedido pelo Município, sobre o valor efetivo ou arbitrado.....	5,00
c) Permissão por exploração, a título precário de serviço ou atividade.....	10,00
d) Contratos com município, sobre o valor do contrato.....	10,00
6) REQUERIMENTOS	
a) Por petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais, por folha.....	5,00
7) AVERBAÇÃO	
a) Em decorrência do lançamento de propriedade de um para outro contribuinte.....	5,00
8) CADASTRO	
a) Cadastro.....	5,00

9) DIVERSOS	
a) Cada guia ou conhecimento expedida para recolhimento de tributos	1,00
b) Prorrogação de prazo de contrato com o município – sobre o valor da prorrogação	1%
c) Termos e registros de qualquer natureza, lavrados em livros municipais, por página ou fração	5,00
d) Transferências de contratos de qualquer natureza, além do termo respectivo, sobre o valor	1%
e) Transferência de local de firma ou ramo de negócio	5,00
f) Transferência de privilégio de qualquer natureza, sobre o valor arbitrado	1%

ANEXO III

**TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE CEMITÉRIO
TAXA DE CEMITÉRIO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM REAIS
1) INUMAÇÃO (adultos)	10,00
2) INUMAÇÃO (crianças)	8,00
3) Exumação	20,00
4) Translação de ossos	35,00
5) Emplacamento jazigo	10,00
6) Autorização de obras	10,00
7) Conservação de jazigo, por ano	10,00
8) Venda de terreno com direito perpétuo, por M2	20,00
	40,00

ANEXO IV
TABELA PARA COBRANÇ DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO
E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM REAIS
1 – INDÚSTRIA	
1.1 – Até 10 empregados.....	R\$ 150,00
1.2 – De 11 a 30 empregados.....	R\$ 200,00 ✓
1.3 – De 31 a 70 empregados.....	R\$ 250,00
1.4 – De 71 a 150 empregados.....	R\$ 300,00
1.5 – Mais de 150 empregados.....	R\$ 350,00
Fiscalização de estabelecimentos comerciais por ano:	
2 – COMÉRCIO	
2.1 De 1 a 25 m2.....	25,00
2.2 De 25 a 50 m2.....	50,00
2.3 De 50,1 a 100 m2.....	60,00
2.4 De 100 a 150 m2.....	80,00
2.5 De 150,1 a 200 m2.....	100,00
2.6 De 200,1 a 250 m2.....	140,00
2.7 De 250,1 a 300 m2.....	180,00
2.8 De 300,1 a 350 m2.....	240,00
2.9 De 350,1 a 400 m2.....	280,00
2.10 Acima de 400 m2.....	320,00
3 – ESTABELECIMENTO BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.....	800,00
4 – HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES.	
4.0 Até 10 quartos.....	80,00
4.1 De 11 a 20 quartos.....	100,00
4.2 Mais de 20 quartos.....	140,00
4.3 A mais, por cada apartamento ou suíte.....	10,00
5 – REPRESENTANTES COMERCIAIS	
5.1 – Autônomos, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral e similares.....	80,00
6 – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS que exerçam atividades sem aplicação de capital.....	100,00
7 – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS que exerçam atividades com aplicação.....	90,00
8 – CASA LOTÉRICAS.....	200,00
9 – OFICINAS DE CONSERTOS EM GERAL	
9.1 – Até 20 metros quadrados de área ocupada.....	50,00
9.2 – De 21 a 50m de área ocupada.....	60,00

9.3 – de 51 a 80 m de área ocupada.....	75,00
9.4 – de 81 a 110m de área ocupada.....	85,00
9.5 – de 111 m acima de área ocupada.....	100,00
10 – POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS	
10.1 – lavagem, lubrificação e similar.....	200,00
11 – DEPÓSITO DE inflamáveis, explosivos e similares.....	
11 – DEPÓSITO DE inflamáveis, explosivos e similares.....	15,00
12 – TINTURARIAS E LAVANDERIAS, p/ m área ocupada.....	
12 – TINTURARIAS E LAVANDERIAS, p/ m área ocupada.....	1,00
13 – Salões de engraxate, p/ m de área ocupada.....	
13 – Salões de engraxate, p/ m de área ocupada.....	1,00
14 – Estabelecimento de banho, duchas de massagem ou similar, p/ m2 de área ocupada.....	
14 – Estabelecimento de banho, duchas de massagem ou similar, p/ m2 de área ocupada.....	2,00
15 – Barbearias, salões de beleza ou similar, p/ m2 de área ocupada.....	
15 – Barbearias, salões de beleza ou similar, p/ m2 de área ocupada.....	3,00
16 – Ensino de qualquer grau ou natureza, p/ m2 de área ocupada.....	
16 – Ensino de qualquer grau ou natureza, p/ m2 de área ocupada.....	1,00
17 – ESTABLECIMENTO HOSPITALARES	
17.1 – até 25 leitos.....	250,00
17.2 – acima de 25 leitos.....	350,00
18 – Laboratórios de análise clínicas em geral ou similar.....	
18 – Laboratórios de análise clínicas em geral ou similar.....	100,00
19 – DIVERSÕES PÚBLICAS	
19.1 – Cinemas ou teatros com até 150 lugares.....	200,00
19.2 – Cinemas ou teatros com mais de 150 lugares.....	250,00
19.3 – Restaurantes dançantes, boates, “dancings” casas noturnas, clubes ou atividades similares.....	300,00
19.4 – Bilhares e quaisquer jogos de mesa.....	50,00
19.5 – Boliche.....	40,00
19.6 – Exposição, feira e amostras, quermesses.....	100,00
19.7 – Circos e parques de diversão.....	800,00
19.8 – Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos nos itens anteriores.....	400,00
19.9 – Casa de jogos eletrônicos.....	250,00
19.10 – Qualquer outro estabelecimento de jogos permitido em lei.....	80,00
19.11 – Locadora de fitas de vídeo, DVD ou similar.....	60,00
19.12 – Bares e similar com sinuquinhas.....	70,00
20 – Empreitadas e Incorporadas.....	200,00
21 – AGROPECUÁRIA	
21.1 – Comércio que explora o ramo de agropecuária, por m2 de área ocupada.....	2,00
21.2 – Frigoríficos, laticínios ou atividade similar.....	80,00
21.3 – Outras atividades na agropecuária.....	60,00
22 – Demais atividades sujeitas a taxa de localização e funcionamento, não constantes em itens anteriores.....	
22 – Demais atividades sujeitas a taxa de localização e funcionamento, não constantes em itens anteriores.....	100,00

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO
E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM REAIS		
	Ao dia	Ao mes	Ao ano
1 – PARA PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO			
a) até as 22:00 horas	R\$ 1,00	R\$ 10,00	R\$ 40,00
b) além das 22:00 horas.....	R\$ 2,00	R\$ 20,00	R\$ 80,00
c) para antecipação de horário (2 horas)	R\$ 1,00	R\$ 10,00	R\$ 40,00
<p>OBS: os botequins, barracas, "trailers", ou similares, armados em logradouros públicos ou em áreas pertencentes à municipalidade, por ocasião das festas juninas ou outras atividades festivas, poderão funcionar a qualquer hora, ficando porém obrigados a uma licença especial no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), por dia, além dos tributos a que estiverem sujeitos</p>			

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

INCIDÊNCIAS		VALOR DA TAXA - R\$		
		Ao Dia	Ao Mês	Ao Ano
01 -	Por publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais e comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros			
	1.1 - Comum	-	-	9,04
	1.2 - Luminosa	-	-	18,09
02 -	Publicidade no interior ou exterior de veículos de uso público não destinados a publicidade como ramo de negócio, por publicidade			9,04
03 -	Publicidade sonora, em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade	1,80	-	-
04 -	Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, por veículo	-	1,80	18,09
05 -	Publicidade em cinemas, teatros, boates e similares, por meio de projeção de filmes	0,91	9,04	90,46
06 -	Por publicidade, colocada em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais		18,09	90,44
07 -	Qualquer outro tipo de publicidade não constante dos itens anteriores	0,91	9,04	90,46

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA
EXECUÇÃO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, ARRUAMENTOS E HABITA-SE

INCIDÊNCIAS		VALOR DA TAXA - R\$
1 -	Construção de:	
	a) edificações de até dois pavimentos, por metro quadrado de área construída.....	0,49
	b) edificações com mais de dois pavimentos, por metro quadrado de área construída.....	0,37
	c) dependência em prédios residenciais, por metro quadrado de área construída.....	0,49
	d) dependências em quaisquer outros prédios para quaisquer finalidades, por metro quadrado de área construída.....	0,37
	e) barracões, por metro quadrado de área construída.....	0,37
	f) galpões, por metro quadrado de área construída.....	0,37
	g) fachadas e muros, por metro linear.....	2,56
	h) desmembramento e remembramento, por unidade:	
	até 10 unidades.....	18,35
	acima de 10 até 30 unidades.....	12,24
	acima de 30 até 100 unidades.....	6,12
	acima de 100 até 200 unidades.....	4,90
	acima de 200 até 400 unidades.....	3,67
acima de 400 unidades.....	2,45	
i) marquises, coberturas e tapumes, por metro linear.....	0,49	
j) reconstrução, reformas, reparos, por metro quadrado.....	0,24	
l) demolições, por metro Quadrado.....	0,24	
2 -	m) LOTEAMENTO, por unidade:	
	1- Com áreas de até 5.000 m2, descontadas as destinadas a logradouros públicos e as que serão doadas ao município.....	122,24
	2 - acima de 5.000 m2 (mantém-se a mesma taxa, acrescentando o valor de R\$ RS 0,05 (cinco centavos) por m2 que exceder).....	
	n) ARRUAMENTOS	
	Com área de até 10.000 m2, descontadas as destinadas a logradouro público.....	122,24
	Com mais de 10.000 m2, R\$ 0,05 (cinco centavos) por metro que exceder..	
	o) HABITA-SE	
1 - construções até 50 m2.....	18,35	
2 - construções acima de 50 m2 e até 80 m2.....	25,71	
3 - construção acima de 80 m2 (por metro excedente, mais a taxa do item 2)	0,25	
p) QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	- por metro quadrado.....	0,50
	- por metro linear.....	0,70

	<p>OBS:</p> <p>a) Nenhum plano ou projeto de arruamento e loteamento poderá ser executado sem prévio pagamento da taxa de que trata esta Lei.</p> <p>b) A Taxa de Licença para execução de arruamentos e loteamentos será cobrada quando da expedição do alvará de aprovação do projeto de arruamento e loteamento.</p> <p>c) A licença concedida constará de alvará, depois de cumpridas as exigências fixadas em Lei que dispõe sobre arruamentos e loteamentos.</p> <p>d) O valor da taxa variável que trata o item 2 da letra m deste anexo poderá ser dividido e pago proporcionalmente ao número de lotes de terreno que compõe as quadras, no ato da transferência para terceiros.</p> <p>e) Entende-se como área de arruamento e loteamento a soma de terreno das quadras pertencentes ao projeto apresentado para aprovação.</p>	
--	---	--

ANEXO VIII

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA
ABATE DE ANIMAIS FORA DO MATADOURO**

ANIMAIS	VALOR EM REAIS
1) Bovino ou vacum, por cabeça.....	6,00
2) Vitela, por cabeça.....	5,00
3) Caprino e ovino, por cabeça.....	5,00
4) Suíno, por cabeça.....	4,00
5) Equino, por cabeça.....	6,00
6) Aves, por cabeça.....	1,00
7) Outros, por cabeça.....	2,00

ANEXO IX
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA
OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM TERRENOS OU VIAS E
LOGRADOUROS PÚBLICOS

ESPECIFICAÇÃO		VALOR DA TAXA - R\$		
		Dia	Mês	Ano
1 -	Instalação ou localização em logradouro público desde que devidamente autorizada, de:			
1.1 -	Barraca, banca fixa, tabuleiro, Quiosque, aparelho, máquina ou similar, por metro quadrado.....	0,26	2,71	20,40
1.2 -	Banca de revistas ou jornais, por metro quadrado	0,26	2,71	20,40
1.3 -	Circo	9,04	90,44	-
1.4 -	Parque de diversões.....	9,04	90,44	-
1.5 -	Bomba de combustível ou posto de serviço.....		8,49	90,43
1.6 -	Outros usos de logradouro publico, não relacionadas nesta tabela, desde que regularmente autorizados, por metro quadrado.....	0,34	3,40	23,79
2 -	Estacionamentos de veiculos em pontos reservados, estabelecidos pela Prefeitura, por veiculo	0,45	4,53	45,22
3 -	Mesas de bares, restaurantes, por mesas.....	-	-	7,86

ANEXO X
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA O
EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

INCIDÊNCIAS		VALOR DA TAXA		
		Dia	Mês	Ano
	Qualquer tipo de comércio ou atividades de prestação de serviços com ou sem utilização de veiculos, aparelhos ou máquinas:			
	a) do município.....	2,00	17,50	126,50
	b) de outros municípios.....	5,00	35,00	200,00